

**ATA NÚMERO 226/XII/3.<sup>a</sup> SL**

Aos 20 dias do mês de novembro de 2013, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224 e 225, referentes às reuniões de 29 e 30 de outubro e de 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12 e 13 de novembro, respetivamente.
2. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Sistema bancário paralelo – Fazer face aos novos fatores de risco no setor financeiro [COM(2013)614].  
Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).
3. Organização e calendarização dos trabalhos de discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 175/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – “Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro” e dos Projetos de Lei n.º 429/XII/2.<sup>a</sup> (PS) – “Incentivos à capitalização das empresas” e n.º 443/XII/2.<sup>a</sup> (PS) – “Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME”.
4. Organização e calendarização dos trabalhos de discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 181/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – Procede à sétima alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.
5. Apreciação dos Relatórios das audiências concedidas em sede de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 178/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2014.
6. Apreciação dos trabalhos de especialidade da Proposta de Lei n.º 178/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2014.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

7. Informação sobre a participação de uma delegação da Comissão na reunião interparlamentar da Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu.
8. Informação sobre iniciativas europeias.
9. Outros assuntos.

- 
- 1. Apreciação e votação das atas n.º 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224 e 225, referentes às reuniões de 29 e 30 de outubro e de 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12 e 13 de novembro, respetivamente.**

As [atas n.º 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224 e 225](#), referentes às reuniões de 29 e 30 de outubro e de 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12 e 13 de novembro, foram aprovadas por unanimidade.

- 2. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Sistema bancário paralelo – Fazer face aos novos fatores de risco no setor financeiro [COM(2013)614].**

**Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).**

O Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou o relatório sobre a [Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu](#): Sistema bancário paralelo – Fazer face aos novos fatores de risco no setor financeiro, tendo em sede de debate usado da palavra os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP) e Elsa Cordeiro (PSD), que saudaram o relator, tendo efetuado sugestões de redação, aceites pelo Senhor Deputado João Galamba (PS), após o que o relatório foi votado e aprovado por unanimidade.

- 3. Organização e calendarização dos trabalhos de discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 175/XII/3.ª (GOV) – “Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro” e dos Projetos de Lei n.º 429/XII/2.ª (PS) – “Incentivos à capitalização das empresas” e n.º 443/XII/2.ª (PS) – “Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME”.**

O Senhor Presidente recordou a deliberação da Comissão, em momento anterior, sobre a apreciação conjunta, em sede de especialidade, da Proposta de Lei e dos Projetos de Lei

## Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

suprarreferidos, tendo de seguida dado conta das diferentes propostas de audições entretanto apresentadas pelos Grupos Parlamentares.

Nestes termos, realizou-se um debate, tendo sido consensualizado realizar uma audição conjunta com os Parceiros Sociais com assento no CES, com o Presidente da Comissão para a Reforma do IRC e, em conclusão, com o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Quanto à proposta de audição da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, o Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) defendeu que a ser ouvida esta entidade deveriam ser ouvidas outras, pelo que se dispensaria, dada a já grande abrangência das audições consensualizadas. O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) recordou tratar-se de uma proposta de vários GP, tendo o Senhor Deputado João Galamba (PS) defendido que deveria ser ouvida em audição a entidade representativa dos profissionais a ser mais abrangidos pelo diploma, tendo o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) subscrito as intervenções anteriores, considerando que a importância da matéria justificaria ouvir o máximo de entidades possível. Não havendo consenso, foi a proposta votada e rejeitada com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP.

Sobre a proposta de centros de investigação e personalidades individuais, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) considerou que não se deveria concretizar uma audição dessa natureza, por excluir outros centros e cidadãos igualmente pertinentes, ao que os Senhores Deputados Pedro Filipe Soares (BE) e João Galamba (PS) lamentaram a falta de anuência. Sobre esta matéria, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordou que em ocasiões anteriores a Comissão deliberara não proceder a audições de cidadãos individuais. Não havendo consenso, foram as propostas em apreço votadas e rejeitadas com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP.

Enfim, quanto à proposta de audição da Senhora Ministra de Estado e das Finanças, foi a mesma rejeitada com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP. O Senhor Deputado João Galamba (PS), enquanto declaração de voto oral, considerou que a audição se justificaria pela necessidade de financiamento da reforma do IRC, matéria que é da competência da Senhora Ministra.

- 4. Organização e calendarização dos trabalhos de discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 181/XII/3.ª (GOV) – Procede à sétima alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.**

O Senhor Presidente recordou as diferentes propostas de audições apresentadas pelos Grupos Parlamentares, tendo sido consensualizado realizar as audições da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, da Associação Portuguesa de Bancos e do Banco de Portugal.

Foi ainda suscitada a possibilidade de a última audição permitir uma ronda para avaliação da legislação em matéria de contratos de crédito à habitação.

- 5. Apreciação dos Relatórios das audiências concedidas em sede de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 178/XII/3.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2014.**

Foram apreciados os relatórios das audiências concedidas durante o período orçamental, tendo o Senhor Presidente recordado que nenhum pedido tinha ficado sem possibilidade de agendamento, termos em que agradeceu aos Senhores Vice-Presidentes o esforço para a concretização de todas as audiências.

Entidade	Data
Comissão de Trabalhadores dos CTT	2013-11-14
Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom	
SNESup - Sindicato Nacional do Ensino Superior	2013-11-13
Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária	
Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos	
Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais	
EMPOR - Importação e Exportação SA;Scandinavian Tobacco Group;Arnold André - The Cigar Company;SREI - Exportação, Importação e Representações, Lda.	2013-11-12
ESTA - European Smoking Tobacco Association	

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	
Sindicatos Independentes dos Transportes (SNM, SMAQ, STTM e SFRCI)	
Comissão de Trabalhadores da Fidelidade Companhia de Seguros	
Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos	
Associação Sindical dos Juizes Portugueses	2013-11-08
AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal	2013-11-07
APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios	
AUDIOGEST - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos	

**6. Apreciação dos trabalhos de especialidade da Proposta de Lei n.º 178/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2014.**

O Senhor Presidente deu conta de uma síntese, abaixo transcrita, das 20 audições concedidas em sede de processo orçamental, correspondendo a um total de 501 intervenções, correspondente a 165 Deputados e Deputados (dos quais 73 do PSD, 48 do PS, 23 do CDS-PP, 12 do PCP, 8 do BE e 1 do PEV), revelando o carácter único do processo orçamental em matéria de processo legislativo em Comissão.

Entidade	Duração	Rondas	Intervenções
<b>GENERALIDADE</b>			
❖ Ministra de Estado e das Finanças	03:51:10	3	20 (5PS, 3PSD, 5CDS-PP, 4PCP, 3BE)
❖ Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social	04:16:20	3	22 (4PS, 6PSD, 5CDS-PP, 4PCP, 3BE)
<b>ESPECIALIDADE</b>			
❖ Ministro da Saúde	04:44:25	3	34 (6PS, 10PSD, 5CDS-PP, 10PCP, 3BE)
❖ Ministro da Defesa Nacional	03:12:02	2	14 (2PS, 3PSD, 3CDS-PP, 4PCP, 2BE)
❖ Associação Nacional de Municípios Portugueses	01:23:51	2	10 (3PS, 2PSD, 3CDS-PP, 2PCP)
❖ Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia	04:58:16	3	37 (9PS, 8PSD, 5CDS-PP, 11PCP, 2BE e 2PEV)
❖ Ministra da Justiça	04:58:48	3	24 (6PS, 5PSD, 4CDS-PP, 6PCP, 3BE)
❖ Associação Nacional de Freguesias	01:14:56	1	4 (1PS, 1PSD, 1CDS-PP, 1PCP).
❖ Ministra da Agricultura e Mar	03:25:00	3	32 (8PS, 11PSD, 4CDS-PP, 5PCP, 3BE, 1PEV)

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

❖ Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares	03:57:58	3	26 (7PS, 11PSD, 4CDS-PP, 3PCP, 1BE)
❖ Secretário de Estado da Cultura	04:09:56	3	27 (5PS, 12PSD, 4CDS-PP, 3PCP, 3BE)
❖ Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional	05:10:10	3	39 (13PS, 11PSD, 5CDS-PP, 7PCP, 3BE)
❖ Ministro da Administração Interna	04:28:12	3	28 (8PS, 6PSD, 3CDS-PP, 8PCP, 3BE)
❖ Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros	03:48:51	3	24 (6PS, 7PSD, 2CDS-PP, 6PCP, 3BE)
❖ Conselho Económico e Social	01:48:49	2	10 (2PS, 2PSD, 2CDS-PP, 2PCP, 2BE)
❖ Conselho das Finanças Públicas	01:54:32	2	10 (2PS, 2PSD, 2CDS-PP, 2PCP, 2BE)
❖ Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social	03:58:26	3	27 (8PS, 5PSD, 4CDS-PP, 7PCP, 3BE)
❖ Ministro da Economia	05:18:15	3	41 (11PS, 13PSD, 5CDS-PP, 9PCP, 3BE)
❖ Ministro da Educação e Ciência	05:30:00	3	42 (12PS, 14PSD, 3CDS-PP, 10PCP, 2BE, 1PEV)
❖ Ministra de Estado e das Finanças	04:37:00	3	30 (10PS, 5PSD, 3CDS-PP, 8PCP, 4BE)

De seguida, a Comissão ratificou a admissão das propostas de alteração que haviam entrado após a hora formal de fecho do módulo informático, bem como as substituições feitas desde essa altura. A Comissão deliberou, ainda, admitir uma proposta de alteração apresentada pelos Senhores Deputados Bruno Dias, Couto dos Santos, João Rebelo, José Lello, José Luís Ferreira e Mariana Aiveca. Sobre a proposta de alteração 2C, foi acordado proceder à sua votação na sessão plenária de 26 de novembro, tendo em consideração os prazos de apreciação pública, tendo a Comissão confirmado a regra de 30 minutos após o final das votações diárias para a eventual apresentação dos requerimentos de avocação pelos Grupos Parlamentares. Por fim, a Comissão deu anuência à proposta apresentada pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco de agrupar no mesmo momento de discussão em plenário as propostas de diferentes Grupos Parlamentares sobre a mesma matéria que, por se localizarem em locais diferentes do articulado, seriam inicialmente discutidas em dias diferentes.

**7. Informação sobre a participação de uma delegação da Comissão na reunião interparlamentar da Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu.**

O Senhor Presidente deu conta da sua participação, com o Senhor Deputado João Paulo Oliveira (PSD), numa reunião interparlamentar da Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu, no âmbito do qual haviam sido transmitidas as práticas do Parlamento

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

português sobre o controlo da execução orçamental, nomeadamente através de audições regulares do membro do Governo com competência na matéria, da apreciação da CGE, da deliberação de auditorias a realizar pelo Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, matérias em que a UTAO contribui, com os pareceres, para o escrutínio da execução orçamental.

**8. Informação sobre iniciativas europeias.**

A Comissão tomou conhecimento de um conjunto de iniciativas europeias. Relativamente à Proposta de Decisão de Execução do Conselho que aprova a atualização do programa de ajustamento macroeconómico de Portugal, a COFAP pretendia escrutinar a iniciativa, tendo para tal solicitado informações sobre o *timing* do agendamento da decisão em sede europeia, tendo a ausência de resposta em tempo útil tornado extemporâneo o escrutínio da iniciativa.

**9. Outros assuntos.**

Não foram suscitados outros assuntos.

A reunião foi encerrada pelas 17:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de novembro de 2013

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Virgílio Macedo  
João Galamba  
João Pinho de Almeida  
Jorge Paulo Oliveira  
Miguel Frasquilho  
Nuno Reis  
Paulo Sá  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Jesus Marques  
Pedro Nuno Santos  
Artur Rêgo  
Bruno Coimbra  
Conceição Bessa Ruão  
Cristóvão Norte  
Hortense Martins  
Maria das Mercês Borges  
Nuno Serra  
Pedro Pimpão  
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos  
José de Matos Rosa  
Sónia Fertuzinhos